

ENTREVISTA

Economia - Brasil

Lisboa vê ajuste fiscal como motor da retomada

Para secretário da Fazenda, boas notícias derivam de uma virada estrutural no Brasil

FERNANDO DANTAS

RIO — O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, vê na euforia do mercado financeiro, e no atual início de recuperação econômica, bem mais do que o resultado dos cortes da taxa básica de juros (Selic) e de uma retomada conjuntural do crescimento. Para Lisboa, o Brasil está ingressando numa nova fase de crescimento sustentado, cujo pilar fundamental foi a conquista do equilíbrio fiscal a médio e longo prazo.

Ele nota que, desde janeiro, os juros de um ano do mercado privado vêm caindo consistentemente, tendo passado de uma taxa real de 18% para 10,5%. Este último nível está abaixo do registrado em janeiro de 2000, quando o Brasil iniciou uma fase de seis semestres consecutivos de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 4%, interrompida pela crise de energia.

Lisboa diz, no entanto, que o governo quer um crescimento econômico a médio prazo acima da faixa entre 4% e 4,5% ao ano, que parece atualmente ser o potencial brasileiro. Para isto, é fundamental uma política social agressiva, de redução das desigualdades, e uma série de aperfeiçoamentos regulatórios e institucionais. A seguir, a entrevista:

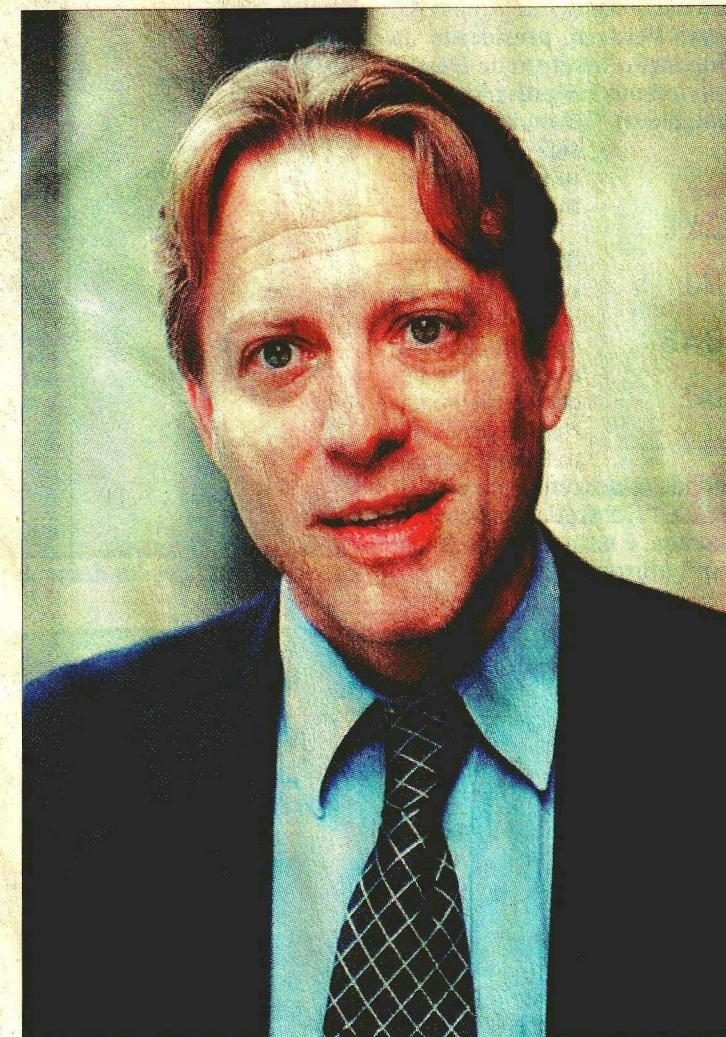
Estado — Como o sr. avalia o quadro econômico, pouco mais de nove meses desde a posse do novo governo?

Marcos Lisboa — Houve uma grande melhora, evidentemente, que em boa parte reflete a melhora dos fundamentos da economia. O prêmio de risco, que chegou a 2.400 pontos, hoje está em torno de 600. Os juros de mercado de 360 dias, que bateram em 30% em janeiro, hoje estão entre 17% e 18%. Eles vêm caindo consistentemente desde janeiro e, em termos reais, a queda foi de 18% para 10,5%. Isto é menos do que em janeiro de 2000, quando começou um período de seis trimestres de crescimento acima de 4%, o melhor período da economia brasileira nos últimos anos.

Estado — Por que os juros privados estão caindo?

Lisboa — É preciso entender que a crise do ano passado teve um lado conjuntural, mas também teve um componente histórico, do desequilíbrio fiscal do Estado brasileiro, que compromete o crescimento de longo prazo. A falta de sustentabilidade fiscal foi uma constante na vida brasileira desde o fim dos anos 70. E esse desequilíbrio era financiado via inflação elevada e crescente, ou via dívida pública crescente, ou via aumento da carga tributária.

Qualquer das três formas cria incerteza macroeconômica e para os investimentos de longo prazo — e os juros altos são



Alaor Filho/AE

Para Lisboa, é fundamental uma maior eficácia na política social

parte deste quadro. Por isso, a importância do desenho de longo prazo da política fiscal, que foi o principal objetivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do começo do ano, que indicou o superávit primário de 4,25% do PIB até 2006. O ajuste fiscal é o motor dessa retomada que já estamos vivendo a partir do terceiro trimestre de 2003.

Estado — Então a política fiscal é um instrumento para crescer?

Lisboa — Sem dúvida. É uma política fiscal que indica a sustentabilidade das contas públicas, sem causar incerteza sobre inflação, dívida crescente ou aumento de carga tributária. E

isso é precisamente para viabilizar a redução do prêmio de risco, das taxas de juro de mercado, do aumento da taxa de retorno das decisões de investimento e do aumento da fração da renda nacional que vira investimento. Todos esses são fatores que levam a mais crescimento. Em 2003, as estimativas de mercado indicam que o País deve crescer 3,5%.

Estado — Mas os números do IBGE indicam que o investimento caiu aos níveis mais baixos em muitos anos.

Lisboa — Em primeiro lugar, o IBGE está olhando para trás. Com o juro real a 18% na virada do ano, como comentei, isto provocou uma queda do nível de atividade, com impacto negativo sobre o consumo e o investimento. Da mesma forma, o sucesso em reduzir os juros reais de mercado nos últimos 4 ou 5 meses acena com uma retomada sustentável da

atividade e do investimento. Mas não pára aí. A política fiscal tem outro efeito benéfico sobre o investimento, que é o Estado parar de sugar a poupança privada, e liberar recursos para o setor privado investir.

Estado — Mas o investimento virá apenas como decréscimo da melhoria macroeconómica?

Lisboa — Além disso, o Estado tem de cumprir o seu papel na área de infra-estrutura e de regulação. É fundamental construir um marco regulatório estável para viabilizar investimentos em infra-estrutura que são de maturação muito longa, de 10, 20, 30 anos. E há um conjunto de áreas em que a

taxa de retorno social é maior do que a taxa de retorno privado. E aí o investimento privado fica abaixo do ideal. E é nessa área que o governo está trabalhando nas parcerias público-privadas. São áreas como transporte e

inovação tecnológica. É preciso criar mecanismos para viabilizar essas áreas.

Estado — Mas houve muitas críticas ao anteprojeto sobre as agências reguladoras, tanto por se entregar as licitações aos ministérios, como pelos contratos de gestão, que poderiam minar a autonomia?

Lisboa — A tradição da literatura econômica sobre o tema dos contratos tende a favorecer que eles sejam feitos pelos ministérios, e a regulação pelas agências. O ministério com um papel de fixar a política de longo prazo, e delegando às agências a regulação e a implementação dos contratos. Esse

tende a ser o padrão mais usual. Eu acho que o projeto do governo reflete um consenso a que se chegou na sociedade brasileira em favor da autonomia das agências em relação ao poder Executivo, para garantir a regulação. Por outro lado, é preciso um mecanismo de controle da sociedade sobre as agências reguladoras. E há um debate sobre como criar esse mecanismo: ouvidorias, contratos de gestão, ou via Congresso? Por isso, o governo levou a questão ao debate público. É preciso um mecanismo, e se discute agora qual o melhor.

Estado — Outro ponto que o sr. citou como parte do quadro de estabilidade de longo prazo é o não crescimento da carga tributária. Mas vários críticos da reforma tributária dizem que ele ocorrerá.

Lisboa — O compromisso da reforma é com a manuten-

ção da carga tributária, e ela tem vários avanços, como criar a coordenação das regras do ICMS. Ou, no caso do Cofins, passar a contribuição sobre faturamento para um imposto sobre valor agregado, reduzindo a distorção de preços relativos entre vários setores da economia. Outra avanço é taxar menos o trabalho, passando uma parte da contribuição da Previdência para um imposto sobre valor agregado, o que pode reduzir o incentivo à informalidade no Brasil. E, finalmente, há a redução da cobrança sobre a cesta básica. Nossa estrutura tributária é prejudicial ao mais pobres, que pagam tanto imposto quanto proporção da renda quanto os mais ricos. Então, se conseguir reduzir os impostos sobre a cesta básica, aliviar a carga tributária dos mais pobres, o impacto na distribuição de renda pode

ser muito grande.

Estado — Qual o papel da política social na retomada do crescimento?

Lisboa — É fundamental. Uma maior eficácia na política social e um compromisso do governo com a redução da desigualdade, com políticas que de fato beneficiem os mais pobres, podem ter um impacto adicional de aumentar o crescimento de produto potencial para além dos 4% a 4,5%, que parecem ser o limite hoje. É isto o que perseguimos, e o que aconteceu em países que seguiram esta direção no passado. A Coreia, a partir dos anos 60, combinou uma política macroeconômica bastante firme, com uma política social extremamente agressiva, garantindo educação básica para a sua população em duas gerações. Com isso, a taxa de crescimento por trabalhador chegou a 5%, mais do que no auge do milagre brasileiro.

Crise do ano passado teve um lado conjuntural, mas também teve um componente histórico